



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura municipal de Paracambi
Procuradoria Geral do Município



CONTRATO 083/2015
PROCESSO Nº 4991/2015
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/15
MAIOR OFERTA

Pelo presente Contrato Administrativo, de um lado o **MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, com sede na Rua Juiz Emílio Carmo, nº 50, no Centro deste Município, inscrita no CGC/MF sob nº 29138294/0001-02, representada pelo Exmo. Senhor Prefeito Municipal, Sr. **Tarciso Gonçalves Pessoa**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Rua Afonso Franco, nº 79, Centro, Paracambi/RJ, portador da Carteira de Identidade nº 05186468-2 SSP/IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 615.202.257-68 e **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede na Rua Coronel Othon, nº 456, térreo - Centro - Paracambi/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 09.206.510/0001-94, representada pelo **Eduardo Herrera Rodrigues de Almeida**, solteiro, residente na Rua Dominique Level, 409 apt. 301, Centro, Paracambi, RJ, portador da Carteira de Identidade nº 5237682-6 IFP e do CPF nº 374.265.087-49, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado a empresa **ITAÚ UNIBANCO S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.701.190/0001-04 com sede e foro na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha nº 100, Torre Olavo Setubal, Bairro Parque Jabaquara, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP nº 04.344-902, neste ato por seus representantes legais abaixo assinados e identificados, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, tem justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Tem o presente por objeto a prestação dos seguintes serviços bancários da Administração Pública Municipal Direta do Município de Paracambi, conforme especificações contidas no edital de pregão presencial nº 027/2015, anexos, bem como da proposta da CONTRATADA, datada de 03 de novembro de 2015, documentos que passam a fazer parte integrante deste instrumento:

Em caráter de exclusividade:

a) Pagamento de vencimentos, salários, proventos, aposentadorias, pensões e similares, dos servidores da administração pública municipal de Paracambi;

b) Pagamento a fornecedores e prestadores de serviços;

Sem caráter de exclusividade:

a) Conceder aos servidores públicos empréstimos em consignação.

Parágrafo Único - A aplicação de recursos observará a legislação vigente.



CLÁUSULA SEGUNDA

O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) meses, contados do início da prestação de serviços, se iniciará em 09 (nove) de dezembro de 2015 (dois mil e quinze). Considera-se o início da prestação dos serviços o primeiro processamento com exclusividade da folha de pagamento de servidores.

Parágrafo Único - O contrato poderá ser prorrogado, desde que respeitada a legislação vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA

Pela execução dos serviços objeto deste instrumento, a CONTRATADA pagará ao CONTRATANTE, o valor total de R\$ 1.500.001,00 (Um milhão, quinhentos mil e um reais), O pagamento se dará em 01 (uma) parcelas, sendo a primeira em até 15 dias após a assinatura do instrumento contratual.

Parágrafo Único - O pagamento, referido nesta Cláusula, deverá ser efetuado mediante depósito em conta corrente da Prefeitura Municipal de Paracambi, a ser informada pelo CONTRATANTE, quando da notificação para assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA

A CONTRATADA deverá cumprir as legislações pertinentes à contratação dos serviços objeto da licitação e ulteriores alterações, especialmente a Resolução 3.402/06, Circular 3.338, Resolução 2.025/93 e Resolução 3.919/10 do CMN/BACEN que dispõe sobre a prestação de serviços de pagamento de salários, aposentadores e similares.

A CONTRATADA e a CONTRATANTE declaram ciência e concordância em relação às normas decorrentes do CMN/Bacen, especialmente quanto às obrigações descritas no art. 4º da Resolução 3.402/06 acerca dos procedimentos a serem adotados pelas partes no tocante ao pagamento dos servidores por meio de contas salário.

À CONTRATADA será concedido o direito de disponibilizar aos servidores municipais, sem exclusividade, empréstimos em consignação. Será concedida exclusividade na realização de ações promocionais, destinadas a divulgação de condições dos empréstimos em consignação nos espaços públicos e canais do CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá disponibilizar aos servidores com contas correntes a impressão de contracheque ("holerite eletrônico") em caixas eletrônicos, na forma de extrato, com informações relativas ao pagamento de salários e de outros vencimentos, bem como possibilitar a consulta nas telas dos caixas eletrônicos e em seu site na internet. Por cada contracheque disponibilizado, a CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor de tarifa unitária de R\$2,00 (dois reais), mediante débito em sua conta corrente, que deverá ter saldo disponível suficiente. Os servidores terão isenção para impressão do 1º contracheque por mês nos caixas eletrônicos, devendo observar o contrato celebrado com a instituição financeira em relação à tarifa para a impressão de holerites adicionais (impressão de 2ª via).



CONTA A SER DEPOSITADA - 6080.11601-2

À CONTRATADA caberá os pagamentos dos servidores, fornecedores e prestadores de serviços, em caráter de exclusividade, obrigando-se a isentar a municipalidade as tarifas para créditos efetuados em contas salários ou contas correntes abertas pelos fornecedores/prestadores de serviços na CONTRATADA.

PARÁGRAFO ÚNICO As condições e procedimentos operacionais e as obrigações que deverão ser atendidas pelas partes, constam do Anexo II, do edital, parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA

Caso o serviço não esteja sendo executado de acordo com as especificações previstas neste Edital e Anexos, a CONTRATADA será notificada por escrito, devendo corrigi-los em prazos razoáveis a serem fixados pela Administração Pública, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, podendo ficar sujeita às sanções previstas neste edital caso não seja sanada a irregularidade.

CLÁUSULA SEXTA

A CONTRATADA cabe o custeio das despesas de toda a ordem quando necessários em função da instalação de Agência Bancária.

Parágrafo Único - A CONTRATADA será a única instituição financeira a prestar o serviço de pagamento da folha e a possuir instalações físicas (Agência, PAB, caixas-eletrônicos) nas dependências da Administração durante toda a vigência do contrato e poderá a seu critério e com a concordância do CONTRATANTE instalar ou ampliar novas estruturas físicas, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE.

CLÁUSULA SETIMA

Em caso de paralisação pelo CONTRATANTE ocasionada por greve ou outro motivo que venha interromper a execução dos serviços, estes ficarão suspensos, até que se restabeleça a normalidade.

CLÁUSULA OITAVA

O contrato poderá ser rescindido de comum acordo entre as partes, ou unilateralmente nas condições e hipóteses previstas nos artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro - O inadimplemento de qualquer cláusula do contrato poderá ser motivo de sua rescisão, mediante notificação prévia ou interpelação judicial ou extrajudicial, além de responder a CONTRATADA, por perdas e danos, quando esta:

- a) não cumprir as obrigações assumidas;
- b) sofrer processo de intervenção, liquidação ou dissolução;
- c) transferir o contrato a terceiros, no todo ou em parte;



Parágrafo Segundo - Em caso de rescisão sem culpa do contratado, será procedido a um ajuste do valor a ser ressarcido relativo ao período dos serviços executados, sendo devolvido o valor proporcionalmente ao prazo ainda a decorrer do contrato, acrescido de multa de 10% do valor devido.

CLÁUSULA NONA

Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa e de acordo com a Lei nº 8.666/93, aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa de até 1 % (hum por cento), ao dia sobre o valor dos créditos não efetuados em virtude de problemas de sistemas que forem objeto de pagamento fora do prazo, além do pagamento de eventuais custos e encargos financeiros decorrentes desta mora;

III - multa de até 10% (dez por cento), sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total dos serviços e de 5% (cinco por cento), sobre o valor total do contrato, pela inexecução parcial dos serviços cuja resultante seja a rescisão contratual;

IV - multa de até 2% (dois por cento), do valor total do contrato por descumprimento de quaisquer obrigações decorrentes do ajuste, não previstos nos itens anteriores, inclusive pela recusa de assinatura do contrato no prazo estipulado entre as partes;

V - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos, penalidade essa a ser aplicada pela autoridade competente, segundo a natureza da falta e o prejuízo causado à Administração Pública;

VI - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no Inciso V, desta Cláusula;

Parágrafo Único - As multas previstas nos itens acima poderão ser cumulativas.

CLÁUSULA DÉCIMA

As pessoas que venham a executar os serviços decorrentes deste instrumento, possuirão vínculo empregatício exclusivamente com a CONTRATADA, sendo esta titular responsável pelos direitos, obrigações e ações decorrentes, pagamento dos salários e demais vantagens, recolhimento de todas as obrigações sociais e tributos pertinentes, indenização por quaisquer acidentes de que seus empregados possam ser vítimas, quando em serviço, na forma como é expressa e considerada nos artigos 3º e 6º do Regulamento de Seguro de Acidentes de Trabalho, aprovado pelo Decreto nº 61.784/67.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Elegem as partes o foro da Comarca de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura municipal de Paracambi
Procuradoria Geral do Município



E para constar, foi lavrado o presente, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinado, na presença de duas testemunhas, em três vias.

Paracambi, 11 de novembro de 2015.



MUNICÍPIO DE PARACAMBI

Prefeito Municipal
Tarciso Gonçalves Pessoa
CONTRATANTE



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Eduardo Herrera Rodrigues de Almeida
Secretário Municipal de Saúde
CONTRATANTE


CPF: _____

Cargo: _____

ITAÚ UNIBANCO S/A

Representante legal
CONTRATADO

Cesar Padovan
Diretor


CPF: _____

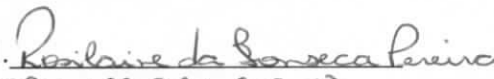
Cargo: _____

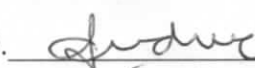
ITAÚ UNIBANCO S/A

Representante legal
CONTRATADO

Luis Tadeu Sassi
Diretor

Testemunhas:

1. 
CPF: 123.763.207-13

2. 
Andreia Garcia Asatozaga Giacomelli
CPF: 297.566.228-90



ANEXO I
DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2015
QUADRO DE SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI

1. Servidores ativos e inativos: A folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas do Município de Paracambi no que tange à sua distribuição quantitativa, é representada pelo quadro a seguir:

1.1 – Servidores Ativos e Inativos

Tabela 1.1 – Servidores Ativos e Inativos		
Vínculo	Quantidade	%
Estatutários (ativos)	552	
Celetistas (ativos)	698	
Comissionados com estabilidade (ativos)	64	
Comissionados sem estabilidade (ativos)	396	
Aposentados (inativos)	17	
Pensionistas	10	
Agentes políticos (prefeito, vice e secretários municipais)	31	
Estagiários	-	
Contratos em Regime Especial	300	
Total	2.059	100,00
Base: Folha de Pagamento do mês de SETEMBRO/2015.		

1.2 Dos quantitativos acima, verificou-se a seguintes movimentações financeiras nos últimos 3 meses:

Tabela 1.2 – Movimentação Financeira		
Mês	Bruto	Líquido
JUNHO/2015	R\$ 2.836.694,76	R\$ 2.203.772,27
JULHO/2015	R\$ 3.090.435,89	R\$ 2.361.883,17
AGOSTO/2015	R\$ 3.055.905,39	R\$ 2.256.804,22

1.3 A estratificação salarial (com base no salário líquido) é:

Faixa Salarial (valor líquido da folha)	Qtde. Servidores
Até R\$ 800,00	727
Entre R\$ 800,01 e R\$ 1.500,00	892
Entre R\$ 1.500,01 e R\$ 3.000,00	379
Entre R\$ 3.000,01 e R\$ 5.000,00	48
Entre R\$ 5.000,01 e R\$ 10.000,00	12



Acima de R\$ 10.000,00	1
TOTAL	2059

1.4 Novos órgãos, entidades ou fundos que vierem a ser criados durante a vigência do contrato e que satisfaçam as exigências do presente edital, passarão, automaticamente, a fazer parte do mesmo. **(Concurso com previsão de 1.856 novos servidores)**

1.5 O objeto compreende a execução de forma exclusiva dos serviços de processamento da folha de pagamento, abrangendo os servidores atuais e os admitidos durante o prazo de execução do contrato.

QUADRO DE FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI

2. Fornecedores e prestadores de serviços: A folha de pagamento dos fornecedores e prestadores de serviços do Município de Paracambi no que tange ao seu volume de transações é representada pelo quadro a seguir:

Tabela 2.1 – Fornecedores e Prestadores de Serviços			
Mês	Quantidade de Fornecedores Ativos	Quantidade de Pagamentos mês	Valor dos Pagamentos mês
/2015			R\$
/2015			R\$
/2015			R\$

2.2. Os pagamentos realizados através de créditos em contas correntes abertas na Instituição Financeira contratada serão isentos de tarifas para a municipalidade. As demais modalidades de pagamento (DOC/TED/ Ordem de Pagamento/ Cheques, etc) não poderão ser tarifadas em valores superiores aos praticados aos demais correntistas.



QUADRO DE SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

1. Servidores ativos e inativos: A folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas da Secretaria Municipal de Saúde no que tange à sua distribuição quantitativa, é representada pelo quadro a seguir:

1.1 – Servidores Ativos e Inativos

Tabela 1.1 – Servidores Ativos e Inativos		
Vínculo	Quantidade	%
Estatutários (ativos)	--	--
Celetistas (ativos)	--	--
Comissionados com estabilidade (ativos)	--	--
Comissionados sem estabilidade (ativos)	--	--
Aposentados (inativos)	--	--
Pensionistas	--	--
Agentes políticos (prefeito, vice e secretários municipais)	--	--
Estagiários	--	--
Total	--	100,00
Base: Folha de Pagamento do mês de Setembro/2015.		

Obs.: O Fundo Municipal de Saúde de Paracambi só possui funcionários contratados em regime especial, de acordo com a Lei Municipal nº 1156/2015 e Lei Municipal nº 1117/2014 (Projeto Mais Médicos Paracambi).

1.2 Dos quantitativos acima, verificou-se a seguintes movimentações financeiras nos últimos 3 meses:

Tabela 1.2 – Movimentação Financeira		
Mês	Bruto	Líquido
Julho / 2015	R\$ 1.719.290,43	R\$ 1.457.177,34
Agosto / 2015	R\$ 1.760.693,94	R\$ 1.492.346,74
Setembro / 2015	R\$ 1.766.195,18	R\$ 1.493.151,54

1.3 A estratificação salarial (com base no salário líquido) é:

Faixa Salarial (valor líquido da folha)	Qtde. Servidores
Até R\$ 800,00	155
Entre R\$ 800,01 e R\$ 1.500,00	478
Entre R\$ 1.500,01 e R\$ 3.000,00	126
Entre R\$ 3.000,01 e R\$ 5.000,00	028



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura municipal de Paracambi
Procuradoria Geral do Município



Entre R\$ 5.000,01 e R\$ 10.000,00	037
Acima de R\$ 10.000,00	020
TOTAL	844

Capitão

h

8

h



ANEXO II
DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2015
CONDIÇÕES OPERACIONAIS

1. Condições gerais da prestação dos serviços:

1.1. Adota-se no presente Anexo II, o termo remuneração para todos os pagamentos envolvidos no presente processo licitatório, tais como salários, vencimentos, pensões, aposentadorias, pagamento a estagiários, etc., em termos líquidos, e o termo funcionalismo, ao conjunto discriminado no item 1.1 do Anexo I, deste edital, e as novas contratações que ocorrerem na vigência do contrato firmado em virtude do presente edital.

1.2. As datas de pagamento, no que tange ao crédito a ser efetuado nas contas bancárias do funcionalismo, serão mensalmente informadas ao BANCO pelo Município. Compromete-se ainda o Município a proceder à identificação dos servidores/funcionários (RG, CPF e nome completo) obedecendo o estabelecido no parágrafo único do art. 4º da Resolução 3.402/06.

1.3. A forma de pagamento do funcionalismo será conforme determinação dos normativos do Banco Central do Brasil, especialmente Resolução 3.402/06, Circular 3.338, Resolução 2.025/93 e Resolução 3.919/10.

1.4. A movimentação da conta bancária do funcionário dar-se-á nos estritos termos da legislação pertinente.

1.5. O MUNICÍPIO estará isento de tarifas referentes ao objeto licitado para os créditos efetuados em contas-salários ou contas correntes abertas pelos servidores e fornecedores no licitante vencedor.

1.6. Será concedido à vencedora do certame o direito de preferência de disponibilizar aos servidores municipais, sem exclusividade, empréstimos em consignação.

1.7. A empresa vencedora deste certame deverá disponibilizar aos servidores com contas correntes a impressão de contracheque ("holerite eletrônico") em caixas eletrônicos, na forma de extrato, com informações relativas ao pagamento de salários e de outros vencimentos, bem como possibilitar a consulta nas telas dos caixas eletrônicos e em seu site na internet. Por cada contracheque disponibilizado, a Prefeitura pagará ao contratado o valor de tarifa unitária de R\$ 2,00 (dois reais), mediante débito em sua conta corrente, que deverá ter saldo disponível suficiente. Os servidores terão isenção para impressão do 1º contracheque por mês nos caixas eletrônicos, devendo observar o contrato celebrado com a instituição financeira em relação à tarifa para a impressão de holerites adicionais (impressão de 2ª via).

Capitão 5



1.7.1. A Prefeitura enviará ao contratado as informações relativas ao contracheque por meio do intercâmbio eletrônico de arquivos, observadas as especificações definidas com relação ao "lay out" fornecido pela instituição financeira.

1.7.2 A Prefeitura compromete-se a assinar eventual termo adicional fornecido pelo contratado, o qual regulará as condições operacionais para disponibilização do contracheque ("holerite eletrônico")

1.7.3. O pagamento dos fornecedores será feito de forma exclusiva no licitante vencedor.

1.7.4. A Prefeitura se obriga a inserir nos editais, contratos e demais instrumentos jurídicos celebrados com fornecedores e prestadores de serviços à Municipalidade, cláusula prevendo a obrigação de abertura de contas correntes no banco vencedor do certame para recebimento dos pagamentos dos serviços prestados à Prefeitura de Paracambi.

1.8. A aplicação dos recursos observará a legislação em vigor.

2. Procedimentos gerais:

2.1. O BANCO deverá iniciar a prestação do serviço em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da assinatura do respectivo contrato.

2.2. Só será admitida a prorrogação do prazo fixado no item 2.1., deste anexo, no caso de culpa exclusiva do MUNICÍPIO, ou se justificado pelo BANCO e aceito pela municipalidade.

3. Procedimentos operacionais:

3.1. O BANCO disponibilizará, sem ônus para o MUNICÍPIO ou direito a ressarcimento, sistemas eficientes e seguros de informática capaz de executar todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições deste edital, observadas as Regras do Banco Central do Brasil.

3.2. O MUNICÍPIO providenciará a transferência dos recursos financeiros necessários à cobertura das contas correntes definidas neste anexo seja por transferência entre contas correntes no mesmo BANCO, seja por qualquer meio de transferência bancária, de forma a prover saldo suficiente à execução dos pagamentos, com no mínimo 1 (um) dia de antecedência da data do pagamento.

3.3. O BANCO deverá proceder o crédito nas contas correntes individuais de cada funcionário em D+1 da data da ordem de pagamento efetuado pelo MUNICÍPIO.



3.4. O BANCO deverá proceder o crédito nas contas correntes de cada fornecedor em D+2 da data de disponibilidade dos recursos financeiros.

4. Rotinas operacionais do sistema de pagamento:

4.1. O MUNICÍPIO encaminhará ao BANCO, com antecedência mínima de 04 (quatro) dias úteis da data do efetivo pagamento, através de sistemas eficientes e seguros do BANCO, com recibo de entrega imediato, arquivos contendo os valores individualizados dos créditos do funcionalismo, e dados dos servidores obedecendo o art. 4º da Resolução 3.402/06.

4.2. O BANCO realizará os testes necessários à validação dos arquivos referenciados no item 4.1., deste anexo, informando o MUNICÍPIO da existência de eventuais inconsistências, no 2º (segundo) dia útil após sua recepção.

4.3. No caso de haver alguma inconsistência, o MUNICÍPIO emitirá novo arquivo, retificado, transmitindo nas condições já previstas, até 1 (um) dia útil da data do débito da conta corrente, com recibo de entrega imediato.

4.4. O BANCO disponibilizará, em até 3 (três) dias úteis da data do crédito ao funcionalismo, arquivo retorno em meio digital, que permita a confirmação dos créditos pagos e não pagos ao funcionalismo.

5. Procedimentos da conta bancária do funcionário:

5.1. A abertura, condições de uso e movimentação da conta serão as definidas em legislação própria do Banco Central do Brasil (Resolução 3.402/06, Circular 3.338/06, Resolução 2.025/97 e Resolução 3.919/10).

5.2. Lançar os créditos nas contas bancárias dos servidores da prefeitura referente aos valores líquidos das folhas de pagamento mensais, 13º salário, férias e demais créditos originários da relação de emprego entre os servidores e a prefeitura.

5.2.1. Qualquer outro serviço não previsto nos itens anteriores será livremente pactuado entre o banco e o cliente, não podendo, entretanto, ser tarifado em valor superior aos praticados para os demais correntistas do BANCO.

6. Agência Bancária:

6.1. O BANCO deverá ter Agência Bancária no Município e mantê-la em funcionamento pelo período do contrato.

6.1.1 – A Agência bancária deverá ser dotada de no mínimo de 02 (dois) funcionários.

Capitão



6.1.2 – A instituição concorrente deverá disponibilizar no mínimo 01 (hum) Posto de Atendimento Eletrônico, o qual poderá ser instalado na Agência Bancária.

7. Obrigações do MUNICÍPIO:

7.1. Adotar as providências necessárias à denúncia e/ou cancelamento, em tempo hábil e de conformidade com as cláusulas contratuais e legislação em vigor, dos contratos ou convênios vigentes com instituições financeiras, bem como outros instrumentos porventura existentes cujo objeto se sobreponha ao do presente edital. A licitante vencedora do certame somente será convocada para assinatura e execução do contrato de prestação de serviços objeto desta licitação após o distrato ou rescisão dos instrumentos existentes;

7.2. Promover a divulgação aos seus funcionários, dos procedimentos a serem observados para abertura da conta junto ao BANCO.

8. Obrigações do BANCO:

8.1. Manter permanentemente atualizado, para efeito de pagamento e consulta, o cadastro dos funcionários e, se legalmente válido, de seus representantes legais.

8.2. Proceder ao bloqueio do cartão magnético, da conta, quando houver solicitação do titular ou de seu representante legal.

8.3. Executar os serviços decorrentes do presente edital, em absoluto sigilo, por seus prepostos, ficando assim vedada a divulgação, por qualquer modo e a qualquer título, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO, de qualquer dado ou informação acerca do cadastro funcional e/ou valores remuneratórios de seus funcionários.

9. Obrigações especiais do BANCO:

9.1. Pagar todos os impostos, taxas, seguros e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre os respectivos serviços a serem prestados, regras estas de inteiro conhecimento da instituição licitante.

Handwritten signatures and initials:
- A large signature, possibly "L. A. S. F.", is written across the bottom right.
- To its right, there is a vertical signature or initials.
- Below the main signature, there are more handwritten marks, including what looks like a stylized "d" and another signature.